



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ –  
IFAP  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DANIELLI DA COSTA SILVA  
JULIETE MICHELY RIBEIRO DOS SANTOS**

**DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM  
SURDEZ EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM**

**PORTO GRANDE – AP**

**2022**

**DANIELLI DA COSTA SILVA**  
**JULIETE MICHELY RIBEIRO DOS SANTOS**

**DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM  
SURDEZ EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia -EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Campus Porto Grande, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.  
Orientador: Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira.

**PORTO GRANDE – AP**  
**2022**

---

Biblioteca Institucional - IFAP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

- S586d Silva, Danielli da Costa  
Desafios do processo ensino-aprendizagem de estudantes com surdez em ambientes de aprendizagem / Danielli da Costa Silva, Juliete Michely Ribeiro dos Santos. - Porto Grande, 2022.  
46 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Porto Grande, Curso de Licenciatura em Pedagogia (EaD) - Polo Porto Grande, 2022.
- Orientador: Dr. Josimar de Aparecido Vieira.
1. estudante surdo. 2. ambiente de aprendizagem inclusivo. 3. formação de professores. I. Santos, Juliete Michely Ribeiro dos. I. Vieira, Dr. Josimar de Aparecido, orient. II. Título.

**DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM  
SURDEZ EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM**

**DANIELLI DA COSTA SILVA  
JULIETE MICHELY RIBEIRO DOS SANTOS**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso  
aprovado como requisito parcial para obtenção  
do grau de Licenciado em Pedagogia pela  
Banca Examinadora formada por:



Presidente – Dr. Josimar de Aparecido Vieira



Professora Especialista Darléia Ferreira de Moraes



Professora Especialista Eloisa A. da Silva de Oliveira

Porto Grande - AP, 14 de abril 2022.

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em nós foi nosso sustento e nos deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que sempre nos conduziu com as devidas lições de amor, fraternidade e compaixão hoje e sempre.

À nossas famílias, que sempre estiveram ao nosso lado nas horas mais difíceis e felizes de nossas vidas.

Ao orientador Dr. Josimar, que muito nos ajudou com suas precisas e incisivas pontuações.

A todos os docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Aberta do Brasil, polo universitário IFAP Campus Porto Grande, que compartilharam seus conhecimentos, nos provocando a todo tempo, a termos uma reflexão crítica. Foram eles que nos deram recursos e ferramentas para evoluirmos um pouco mais todos os dias.

Aos discentes, que com o passar do tempo nos tornamos amigos, compartilhando as mesmas expectativas, que vivenciaram e vibraram juntamente conosco, a cada etapa vencida, nesta fase de graduação.

A todos nossos amigos, que sempre estiveram torcendo por nós, e a todas as outras pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com o sucesso deste trabalho.

“O objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças”.

**(Andrea Ramal)**

## RESUMO

Durante muito tempo, a identidade, cultura e a língua natural dos surdos foram rejeitadas pela sociedade ouvinte sendo que na atualidade, concepções existentes estão sendo revistas e esses sujeitos, mesmo sendo vistos como cidadãos com direitos e deveres iguais diante da sociedade, vivenciam situações cotidianas excludentes. Nesta direção, este trabalho de pesquisa analisa criticamente problemas complexos e situações que ocorrem nas relações entre professor e estudante surdo em ambientes de aprendizagem que apresentam concepções de educação diversas, e muitas vezes excludentes. Constituída como pesquisa descritiva, com dimensão exploratória, seguiu abordagem qualitativa, acompanhada por tratamento quantitativo. Foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e de campo, do tipo estudo de caso, envolvendo professores, técnicos administrativos e gestores/coordenadores que atuam do sexto ao nono ano da educação básica, numa escola localizada no município de Porto Grande, Estado do Amapá. A coleta de dados foi realizada com aplicação de questionário a todos os professores, técnicos administrativos e gestores/coordenadores, que atuam no ambiente de aprendizagem já citados, perfazendo um total de doze profissionais da educação. Na sua constituição, este relatório apresenta uma introdução onde são apresentadas as razões para a escolha do tema, é anunciado o tema, caracterização do problema de pesquisa e a descrição dos objetivos (geral e específicos). Na sequência é discorrido o percurso metodológico que foi adotado e análise dos resultados e discussões sobre os dados coletados. Por fim são apresentadas propostas didáticas complementares para enfrentamento do problema de pesquisa e as considerações finais do trabalho produzido. Os resultados indicam que os métodos, procedimentos e alternativas de ação que estão sendo utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes incluídos em ambientes de aprendizagens regulares estão conseguindo diminuir as dificuldades encontradas cotidianamente.

**Palavras-Chave:** Processo ensino-aprendizagem. Estudante surdo. Ambiente de aprendizagem inclusivo. Formação de professores.

## ABSTRACT

For a long time, the identity, culture and natural language of the deaf were rejected by the hearing society, and currently, existing conceptions are being reviewed and these subjects, even though they are seen as citizens with equal rights and duties before society, experience everyday situations. excluding. In this direction, this research work critically analyzes complex problems and situations that occur in the relationship between teacher and deaf student in learning environments that present diverse, and often excluding, conceptions of education. Constituted as a descriptive research, with an exploratory dimension, it followed a qualitative approach, accompanied by a quantitative treatment. It was carried out through bibliographic research, documental and field analysis, of the case study type, involving teachers, administrative technicians and managers/coordinators who work from the sixth to the ninth year of basic education, in a school located in the municipality of Porto Grande, State from Amapá. Data collection was carried out with the application of a questionnaire to all teachers, administrative technicians and managers/coordinators, who work in the aforementioned learning environment, making a total of twelve education professionals. In its constitution, this report presents an introduction where the reasons for the choice of the theme are presented, the theme is announced, characterization of the research problem and the description of the objectives (general and specific). Following, the methodological course that was adopted and analysis of the results and discussions on the data collected are discussed. Finally, complementary didactic proposals are presented to face the research problem and the final considerations of the work produced. The results indicate that the methods, procedures and alternatives of action that are being used by the school and teachers for the teaching-learning process of students included in regular learning environments are managing to reduce the difficulties encountered daily.

**Keywords:** Teaching-learning process. deaf student. Inclusive learning environment. Teacher training.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AEE</b>	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
<b>LIBRAS</b>	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
<b>MEC</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
<b>PNLD</b>	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO
<b>TILS</b>	TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

## SUMÁRIO

<b>01. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>02. ESTADO DO CONHECIMENTO</b>	<b>14</b>
2.1 Políticas públicas de inclusão escolar desenvolvidas no Brasil	14
2.2 Abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas envolvendo alunos surdos	16
2.3 Processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem: o tradutor intérprete de Libras	18
2.4 Alternativas de ação para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas	22
<b>03. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>23</b>
3.1 Tipo de pesquisa	23
3.2 Universo e amostra	24
3.3 Instrumentos de coleta de dados	24
3.4 Análise de dados	24
<b>04. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>25</b>
4.1 O que dizem os professores	25
4.2 O que dizem os técnicos administrativos	28
4.3 O que diz a diretora da escola	29
<b>05. PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES</b>	<b>31</b>
<b>06. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

O processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos nas escolas regulares da rede pública de educação ainda é um grande desafio. Neste trabalho é realizada uma reflexão crítica sobre os problemas complexos e situações que ocorrem nas relações entre professor/estudante surdo e vice-versa, em ambientes de aprendizagens com concepções de educação diversas, e muitas vezes excludentes em turmas de ensino regular.

A história da educação de Surdos no Brasil é bastante conturbada desde o seu início no Império, por volta do ano de 1857, até os dias recorrentes, devido à discriminação, o preconceito e as formas de tratamento sórdidas em relação aos Surdos. Durante muito tempo, a identidade, cultura e a língua natural dos surdos foram rejeitadas pela sociedade ouvinte. Com o passar do tempo, foram abrindo discussões acerca da educação de Surdos, e mudando as concepções existentes sobre esses sujeitos, que passaram a ser vistos como cidadãos de direitos e deveres iguais perante a sociedade, porém ainda com uma visão de exclusão.

Cabe aos educadores qualificados em LIBRAS proporcionar situações de interação tais, que despertem no educando motivação para interação com o objeto do conhecimento, com seus colegas e com os próprios professores. Porque, embora a aprendizagem ocorra na intimidade do sujeito, o processo de construção do conhecimento dá-se na diversidade e na qualidade das suas interações. A ação educativa da escola com esse alunado deve incluir: conteúdos curriculares específicos, como suporte e complementação ao trabalho a ser desenvolvido em sala de aula com os currículos regulares de modo a atingir os objetivos traçados.

Para que o aluno surdo tenha pleno desenvolvimento o professor da sala regular precisa criar estratégias e fazer adaptações curriculares, oportunizando que esse aluno acompanhe o que está sendo trabalhado. Como também é de extrema importância a presença do intérprete, para que possa ser oferecido a esses alunos condições para interagir com o “mundo ouvinte”, despertando neles interesses, necessidades e desejo de se apropriarem do saber e do saber fazer.

A partir da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que versa sobre a acessibilidade das pessoas com deficiências, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com a Lei 10.436 de 24 de abril 2002, e o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que veio regulamentar as leis citadas anteriores, ocorreram um avanço na educação dos Surdos, a oficialização de sua língua materna, a inclusão em salas de aulas regulares.

Ainda nesse contexto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei n. 9.394/96 (BRASIL 1996) surge a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todas as outras e tem como objetivo romper as barreiras e estimular o potencial de cada aluno através de metodologias que permitam ao aluno interagir e debater sobre diversas temáticas. Tanto os pais quanto os alunos surdos devem ter conhecimento sobre seus direitos (conhecedor de sua própria língua, no caso a Língua Brasileira de Sinais) de ser acompanhado por um intérprete/tradutor nas interlocuções entre ouvintes e surdos no contexto escolar. Mas qual a dinâmica ocorrida dentro das escolas de ensino regular da rede pública? Elas estão estruturadas e preparadas para a inclusão de alunos surdos? Os profissionais da educação estão preparados para receberem em suas salas de aula alunos surdos? E as Salas de Recursos? Há profissionais conhecedores e proficientes da Língua Brasileira de Sinais e da Cultura Surda?

É importante que se tenha uma comunicação plena entre o professor da sala regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois ambos precisam compartilhar e planejar as metodologias que serão usadas com o estudante surdo, visando à unidade no desenvolvido e executado nos ambientes de aprendizagem formal. Nesta direção, este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral analisar métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular. Como objetivos específicos buscamos: a) identificar políticas públicas de inclusão escolar que estão sendo desenvolvidas no Brasil; b) compreender abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas que estão sendo apresentadas no processo ensino-aprendizagem que envolve alunos surdos; c) como se dá o processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem; e d) apontar alternativas de ação para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas.

Como problema de pesquisa, foi definido a seguinte indagação: Quais os métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e quais alternativas de ação seriam viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular?

Para dar conta deste problema, foram definidas algumas questões de pesquisa conforme seguem: a) que políticas públicas de inclusão escolar estão sendo desenvolvidas no Brasil? b) que abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas estão sendo apresentadas no processo ensino-aprendizagem que envolve alunos surdos? c) como se dá o

processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem? d) quais alternativas de ação existem para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas?

Dessa forma, este estudo busca contribuir para sensibilizar as escolas que atendem estudantes com necessidades educacionais especiais, sobretudo os surdos e os professores que trabalham com esses estudantes em sala de aula regular, a promover acessibilidade de comunicação, metodologias de ensino adequadas para sua formação e seja alcançada a inclusão almejada pelas políticas públicas de educação. Como destaca Segundo Fernandes (2006), o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo estudante excluído, com a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano. Este estudo primou em delimitar o assunto na categoria das necessidades especiais, se atendo na auditiva, dado a complexidade e abrangência do tema dentro da educação especial, igualmente buscou-se incluir e apresentar algumas considerações e discussões que são consideradas oportunas dentro deste contexto. A relevância desses temas se deu pelo fato de vários surdos estarem incluídos no ensino regular e enfrentarem muitas dificuldades que impedem a aprendizagem, principalmente no que se refere à aprendizagem da Língua Portuguesa, com relação à leitura e escrita.

Voltado para esses propósitos, neste relatório constam os procedimentos metodológicos que foram adotados, os resultados e discussões sobre os dados que foram obtidos com a investigação, as propostas didáticas complementares advindas da pesquisa realizada e, por fim, são descritas as considerações finais do trabalho realizado.

## 2. ESTADO DO CONHECIMENTO

### 2.1 Políticas públicas de inclusão escolar desenvolvidas no Brasil

A educação brasileira é fundamentada por várias leis, decretos, resoluções, declarações e emendas constitucionais, que atendem a diversos segmentos ou modalidades da educação. Influenciadas por documentos mundiais, que instituem a educação como instrumento transformador da sociedade nacional e internacional, é direito de todos e considerada instrumento de paz entre os povos, sobretudo de crescimento econômico, atendendo a um mercado cada vez mais exigente. Segundo QUADROS, 2006, P.25. Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua do surdo e merece receber esse tratamento.

A surdez sempre existiu, mas antigamente os sujeitos surdos não eram respeitados e nem considerados como seres humanos. Fernandes relata que “atos desumanos foram praticados por diferentes civilizações, as quais consideravam a surdez um castigo (FERNANDES, 2011, p. 21).

Entretanto, muitas foram às conquistas através dos movimentos mundiais, que repercutiam no cenário brasileiro na educação dos surdos. Jean Itard foi considerado o pai da Educação Especial, ele buscou estudar muito tempo a recuperação de um menino deficiente mental. Mas só no final do século XVIII e início do século XIX surgiu a Educação Especial, aparecendo os primeiros programas de atendimento às pessoas, chamadas de excepcionais. Antes não existia inclusão e por isso as pessoas surdas frequentavam as escolas especiais.

No Brasil, os atendimentos para pessoas especiais iniciaram, somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Essa declaração dava direito a essas pessoas a terem uma vida normal, tendo liberdade, direito à educação entre outras. Ferreira (2006) destaca que:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no

campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial) (FERREIRA, 2006, p. 87).

Estas leis teoricamente fazem com que sejam respeitados os direitos das pessoas que necessitam de atendimento especializado. A inclusão veio para transformar a educação do nosso país, onde a escola seja para todos, recebendo alunos “normais” ou com alguma necessidade especial. As pessoas ouvintes muitas vezes confundem essa deficiência com problemas mentais, onde na verdade não é, o surdo vê o mundo apenas com outros olhos, de uma forma visual ele cria seu próprio mundo e vivencia suas experiências.

Apesar de o Brasil ter mudado algumas políticas para construir uma sociedade melhor e mais justa para as pessoas com necessidades especiais, ainda existe um descaso muito grande por parte do governo e dos que participam da política. Na LDBEN (1996) diz que o atendimento dos alunos com necessidades especiais deve ser, preferencialmente, em classes comuns das escolas, inclusive em todos os níveis de educação. Ainda no art. 59 da LDBEN, discorre que deverão ser assegurados aos educandos com necessidades especiais, métodos, técnicas e recursos educativos para atender às suas necessidades específicas.

A inclusão dos alunos surdos é muito nova tanto para a escola, quanto para os próprios professores. Isso tudo vem surgindo como um grande desafio para todos, pois, a escola e toda parte educacional deve oferecer, ao aluno surdo uma boa qualidade de ensino, para que ele tenha uma aprendizagem concreta, caso contrário estará realizando uma inclusão não muito eficiente com relação à aprendizagem desses sujeitos. Outra questão bastante pertinente com relação ao surdo, e que deve ser esclarecido é a concepção que as pessoas têm no que se refere à deficiência. O surdo não é um deficiente, apenas possui limitações auditivas e uma língua diferente e que quando incluídos nos ambientes escolares, deve ser ofertado às mesmas oportunidades que são oferecidas aos alunos ditos “normais”, os ouvintes. A sociedade inclusiva almejada por todos deve pautar-se na compreensão do significado do termo “inclusão”. Educar para a inclusão é afirmar que todos têm o direito de estudar numa escola regular com outros educandos, construindo juntos os conhecimentos e aceitar as diferenças de cada um, pois ser diferente é normal. Quando se diz em educação especial é muito importante saber salientar sobre a nomenclatura a ser usada diante as pessoas que apresentam diferenças. A verdade é que as pessoas com necessidades específicas necessitam de auxílio para desenvolver ou minimizar sua dificuldade.

O momento em que vivemos é de constante luta a fim de que a inclusão social se faça valer em nosso meio, garantindo o respeito daqueles que são excluídos e menosprezados pela sociedade. Segundo Silva (2010, p.32), a inclusão no âmbito escolar tem como objetivo

colocar o aluno especial na escola regular, porém, a escola continua da mesma forma, onde o aluno inserido que deve se adaptar a escola. Em contrapartida, no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a dificuldade de cada aluno. E o sistema que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

Percebe-se nesta perspectiva mercadológica uma urgência em formar, instruir o aluno para atender a demanda do mercado que só faz crescer. A educação, portanto, é um meio de ascensão social. Segundo Sobral (2000, não paginado), a educação é importante para o país enquanto condição de competitividade, no sentido de permitir a entrada no novo paradigma produtivo que é baseado, sobretudo, na dominação do conhecimento. Porém, a educação também é considerada relevante no que se refere ao seu papel de diminuição das desigualdades sociais, ou seja, como promotora de cidadania social. Dessa forma, o desenvolvimento é obtido através de uma maior competitividade dos indivíduos, das empresas e do país no mercado internacional, bem como através de uma maior participação social dos cidadãos. (Sobral, 2000).

As mudanças são demoradas como qualquer situação, mas exige que tenha força e coragem para mudar as coisas, e mesmo que sejam difíceis mais adiante fará uma grande diferença na vida de quem precisa, e quem colabora e participa cresce como pessoa, como ser humano. Enquanto educador, devemos abraçar a causa da Inclusão, pois nosso papel não é apenas transmitir conhecimento científico, mas contribuir para uma formação humanizada e democrática.

## **2.2 Abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas envolvendo alunos surdos**

A história dos surdos foi sempre marcada pelo preconceito, onde até mesmo a língua de sinais era proibida. No Brasil apenas no ano de 2002, através da aprovação da lei 10.436/2002 que a língua de sinais foi regulamentada como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda.

Para Quadros (2004, p.19), “A língua brasileira de sinais é uma língua visual articulada pelas mãos, expressões essas vindas do corpo. É uma língua natural usada pelos surdos”.

Em meio a essas discussões, percebe-se que ensinar a Libras nas escolas para os surdos é muito importante para que eles construam sua própria identidade e até mesmo para interagir dentro da comunidade surda e no âmbito familiar.

O ambiente familiar desempenha um papel importante nos processos linguísticos das crianças. A língua portuguesa está ligada à oralidade auditiva, por isso a criança surda tem dificuldades em aprendê-la. Na maioria das vezes, o que dificulta a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua é a forma que o professor tenta ensinar os alunos surdos, ou seja, a metodologia inadequada nesse contexto. No entanto, a escola, bem como o professor deve não apenas conhecer a metodologia mais adequada para aprendizagem dos alunos surdos, mas sim, promover um currículo inclusivo, que promova uma aprendizagem que contemple a língua portuguesa como a segunda língua e flexibilização na avaliação das produções de escrita do alunado surdo.

Porém, mesmo com todas as dificuldades, os surdos têm direito de aprender a língua portuguesa como sua segunda língua, até porque vivem em uma sociedade onde o português é predominante. O papel do professor é buscar diferentes métodos de ensino para minimizar os problemas enfrentados pelos alunos, fazendo com que ele possa compreender e aprender da melhor forma possível. Geralmente esse aprendizado se inicia nos primeiros anos do ensino fundamental e de maneira inadequada. Neste sentido, o planejamento e as atividades realizadas pelo professor que atende os alunos surdos, necessitam ser contextualizadas juntamente com referenciais visuais. É muito importante proporcionar ao aluno a expressão escrita, para que ele consiga ver seu desenvolvimento e o professor possa analisar o processo de aquisição do conhecimento.

A questão de avaliar um aluno, não é para julgamento e sim para ver se o aluno está aprendendo o conteúdo que o professor está passando, e também usado como autoavaliação do próprio professor, para que o professor possa analisar e rever suas metodologias aplicadas em sala de aula. A avaliação com o aluno surdo deve acontecer de forma mais gestual usando a sua língua nativa que é a Libras, utilizando de gravuras e através de atividades que proporcionem uma compreensão mais tranquila. A presença da intérprete é muito importante para o aluno.

Um dos erros cometidos e que prejudicam os alunos em uma avaliação e nos próprios exercícios de fixação é o professor utilizar questões dissertativas, pois o professor deve compreender a grande dificuldade que o aluno surdo apresenta no que se diz respeito à escrita. (FERNANDES, 2011, p.118). 'Flexibilizar é a palavra-chave'. Contudo é necessário considerar: não rigidez na classificação do tempo e metodologia. Ainda, momentos viáveis para efetuarem os trabalhos, o comportamento e a envoltura que o alunado tem perante certa proposta (MINETTO, 2008, p.104)

Assim, Fernandes, enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas”. (2011, p.215). Afinal, o professor tem um papel muito importante para que o aluno surdo venha a conceber a língua portuguesa como a segunda língua, para tanto necessita ser capacitado e estar em formação contínua. Igualmente, conseguirá desenvolver metodologias que vão de encontro com as necessidades dos alunos surdos.

### **2.3 Processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem: o tradutor intérprete de Libras**

O tradutor intérprete de LIBRAS (TILS) é o profissional responsável por intermediar a comunicação entre Surdos e ouvintes, fazendo a tradução da LIBRAS para o Português e interpretação do Português para a Libras, o mesmo é respaldado pela LEI 12.319 de 01/09/2010 que regulamenta a profissão de TILS, bem como a formação necessária para o exercício dessa profissão, é certo saber que o tradutor ainda é uma realidade muito distante para a grande maioria das escolas, sejam elas municipais ou estaduais, quando a escola tem um público menor de alunos que necessitam desse atendimento o próprio professor do AEE que tem sua formação em Libras pode dar todo suporte necessário ao aluno.

As informações sobre o surgimento desse profissional são poucas, podemos evidenciar em referências vestígios de sua história, no momento em que a língua de sinais é vista como língua materna do povo Surdo, em meados do século XVIII, quando Sacks (1998, p.31 apud GUIMARÃES, 2012, p. 61) frisa que

[...] uma combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais - permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez, permitiu que os alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês, assim, adquirissem educação.

A citação acima traz as primeiras evidências da importância da presença de um tradutor intérprete da língua de sinais na educação dos Surdos, considerando os mesmos como sujeitos que têm sua língua própria, valorizando a sua cultura, e ainda utilizar a língua do país nos trabalhos escolares. Como podemos perceber através da citação, o trabalho do TILS vem acontecendo desde o início do uso dos sinais como língua.

O TILS é um profissional ainda pouco conhecido, está ganhando destaque aos poucos através das participações dos Surdos nas discussões inerentes ao seu desenvolvimento social, e a criação das leis de inclusão, como a lei 10.436/02, que oficializa a LIBRAS como língua do povo Surdo brasileiro, a partir do decreto nº 5.626/05, torna-se obrigatório a disciplina de LIBRAS em todos os cursos de licenciatura e bacharelado em fonoaudiologia, bem como a formação e reconhecimento legal do profissional TILS, através das instituições vinculadas às secretarias de educação, que darão certificados a esses profissionais.

Ao fazermos a abordagem sobre o professor do AEE, vamos nos familiarizar com os termos tradução e interpretação, já que é algo pertinente ao nosso conhecimento.

Segundo Lacerda (2014, p.14) “Traduzir estaria ligado à tarefa de versar de uma língua para outra trabalhando com textos escritos.” Ou seja, o tradutor irá analisar com respaldo as palavras utilizadas e seus significados, ao fazer a tradução da língua-fonte para a língua alvo ele poderá recorrer a dicionários, bibliografias, pessoas que possam contribuir para que a tradução saia mais compatível com o sentido transcorrido no texto.

Ao abordar sobre Interpretar, de acordo com Lacerda (2014, p. 14), [...] está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando na simultaneidade, no curto espaço de tempo entre o ato de enunciar e o ato de dar acesso ao outro àquilo que já foi enunciado.

Assim sendo o intérprete trabalha diretamente nas relações interpessoais e sociais, tendo que ser bastante ágil nas situações e bem prestativo para repassar de maneira correta as informações, sem o mesmo ter tempo para fazer meditações e possíveis observações.

Ao abordarmos sobre a formação do TILS, de acordo com os registros no primeiro momento vinham acontecendo de maneira informal através do convívio com a comunidade surda, participação em entidades religiosas, sem uma organização estabelecida. Lacerda traz em seu texto o surgimento dos primeiros cursos específicos para a atuação desse profissional:

Os primeiros cursos de formação específica no Brasil começam a surgir em 2004/2005 por iniciativa de algumas universidades (UNIMEP/SP, Estácio de Sá/RJ, PUC/MG). Mas, não há parâmetros claros a seguir, e, portanto, a construção e a reavaliação dessa formação estão em consolidação (LACERDA, 2014, p. 31).

Podemos perceber que é recente o surgimento desses cursos de formação, e que apresentavam defasagens no início, pois os mesmos não denotavam os parâmetros a serem seguidos, deixando a desejar na forma de sistematização do processo de formação. Ainda constatamos outros desafios diante da formação dos profissionais TILS como aponta Lacerda

(2014, p. 31): “Os cursos de formação que estão surgindo têm se responsabilizado também pela produção e adaptação de materiais, o que torna essa formação uma tarefa empreendedora e que, como outras, precisará constituir-se a partir de seu próprio fazer”.

Como a autora afirma na citação acima, nos cursos de formação existiam barreiras como à falta de bibliografia específica para ser analisada acerca da prática de interpretação, o que dificulta de certa forma o andamento do curso, porém como declara Lacerda (2014) os próprios cursos iam em buscas dos materiais para a formação.

Por meio do professor do AEE o surdo hoje está tendo mais acesso a comunicação e interação social, esse profissional está sendo cada vez mais visível em diferentes ambientes como: Igrejas, palestras, shows e nas escolas.

Nas escolas estão presentes os intérpretes educacionais, de acordo com importância, (2013, [s.p]) “o intérprete de Libras tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo”. Desse modo, o papel do intérprete educacional em LIBRAS é auxiliar o (s) aluno (s) surdo (s) na comunicação com o professor, os colegas, e toda equipe escolar. Fazer a tradução e interpretação dos falantes de uma língua (LIBRAS) para outra (Língua Portuguesa) ou vice-versa. Segundo Lacerda (2014, p. 34), “Na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada. Os surdos ficam limitados a participar apenas parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à língua oral), desmotivados pela falta de acesso ou total exclusão das informações”.

Desse modo percebemos a grande importância que tem a atuação desse profissional no ensino regular, onde o mesmo exercerá o papel de mediador de comunicação, e também deverá estar preparado para atuar como educador, pois de acordo com Lacerda (2014, p. 34), “[...] É importante que este intérprete tenha preparo para atuar no espaço educacional como educador, atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos. Não se trata de o IE substituir o papel do professor”.

O professor de Libras enquanto profissional atuante de convívio mais próximo do aluno surdo irá reconhecer as dificuldades e desafios que esse aluno vem enfrentando no processo de aquisição do conhecimento, desse modo o mesmo poderá auxiliar os professores no momento da elaboração das atividades, dando sugestões de como abordar temas que os alunos sentiram mais dificuldades para compreender, buscando assim uma grande parceria professor/intérprete.

Os (as) professores (as) devem manter um trabalho em conjunto para proporcionar de uma melhor forma possível a explanação dos conteúdos, de maneira a garantir aprendizado, interação entre os alunos Surdos e ouvintes, buscando fazer com que o aluno surdo interaja

com a turma, se sinta incluso, capaz de desenvolver-se e comunicar-se com a sociedade ouvinte.

É importante a participação do intérprete na equipe educacional, porém sempre frisando o papel de cada profissional, e o compromisso que cada um deve ter para que haja a inclusão e aprendizagem do aluno Surdo na sala de aula regular, porém como afirma Lacerda (2014, p. 35),

As opiniões do IE são tão importantes como as de qualquer outro profissional que atua no espaço escolar, pois ele conhece bastante a criança surda, a língua de sinais e pode colaborar para a construção de uma prática pedagógica mais adequada ao aluno surdo e a uma perspectiva bilíngue.

Diante das palavras da autora é visível a grande relevância da participação do Intérprete na equipe educacional, onde o mesmo tem grandes contribuições a fazer diante do processo de inclusão e ensino/aprendizagem do aluno surdo no ensino regular.

O trabalho do professor e do intérprete educacional é uma parceria, porém de acordo com Lacerda (2014, p. 35)

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.

Assim sendo, o professor deve dominar a língua de sinais e fazer a própria comunicação com seu aluno surdo, interagir e o questionar acerca do conteúdo, buscando saber se o mesmo está se desenvolvendo, porém se o professor desconhecer a língua de sinais fica desestruturada a proposta de inclusão, pois de acordo com Lacerda (2014, p. 35), “[...] Assim o aluno surdo, muitas vezes fica desmotivado, não presta atenção no professor (já que ele não sabe a Libras) e ao mesmo tempo sente-se desvalorizado, porque o IE (que é sua figura de referência) não é uma autoridade em sala de aula.

Nesse momento a comunicação entre aluno surdo e professor ouvinte fica comprometida, prejudicando o ensino/aprendizagem do aluno, pois o intérprete atua no momento da explanação dos conteúdos, porém na hora de tirar dúvidas é interessante que o professor consiga atender seu aluno, dando o suporte necessário para a compreensão do assunto, pedindo o auxílio do intérprete somente em caso indispensável.

A sala de aula é um espaço de construção de conhecimentos, e quando se trata de uma sala de aula inclusiva onde se tem professores ouvintes e alunos surdos, vem um terceiro

elemento para complementar que é o TILS, onde esse profissional tem papel fundamental no processo de ensino/aprendizagem e, sobretudo na comunicação dos alunos Surdos com toda a comunidade escolar.

#### **2.4 Alternativas de ação para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas**

Transformar a escola num ambiente adaptado para alunos surdos ou com outra necessidade é sempre um desafio, visto que a grande maioria não disponibiliza de recursos necessários para dar o suporte preciso aos alunos. Numa escola regular comum alunos com surdez sempre são a minoria e muitas vezes são matriculados sem terem ideia do mínimo no quesito alfabetização em Libras, o professor do ensino regular sem suporte algum muitas das vezes acaba abraçando a proposta da inclusão e faz dela um desafio para si mesmo, é válido lembrar que esse professor também não tem suporte para atender esses alunos da maneira que eles merecem, eles acabam elaborando suas aulas visando a flexibilização curricular e a maneira mais adequada para atender os alunos.

Algumas alternativas seriam importantes para a relação professor aluno, tais como:

- 1 - Práticas desenvolvidas na escola regular com estratégias pedagógicas formuladas para ouvintes e surdos;
- 2 - Cursos tecnológicos que possam auxiliar nas mais diversas atividades educacionais e no cotidiano dos alunos surdos;
- 3 - Formação continuada para que os professores tenham melhor comunicação com os alunos, tendo em vista que esse é um dos principais problemas;
- 4 - Estimular a capacidade dos alunos na compreensão, atenção e memória, utilizando-se para isto o método de repetição;
- 5 - Ampliar a capacidade de concentração, compreensão, atenção e memória, sendo assim introduzido o uso do português sinalizado.

Diante do exposto percebe-se que no ambiente escolar onde estão inseridos os alunos é importante que os professores tenham ideia de como é a rotina deles e que o processo de inclusão ajude para os alunos surdos interajam com os demais colegas, e que nas aulas sejam sempre usadas metodologias adequadas para o ensino/aprendizagem dos mesmos, oferecendo assim oportunidades que são de suma importância para a evolução do conhecimento e da identidade do aluno, e ainda assim valorizando o desenvolvimento afetivo e social na escola e na sociedade.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

O presente trabalho tratou inicialmente de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2010, p. 29) “[...] é elaborada com base em material já publicado”. Seguido de um estudo de caso que de acordo com Gil (2010, p. 37) “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o dedutivo “[...] que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”. (GIL, 2010, p. 110). A abordagem foi qualitativa, pois houve um aprofundamento acerca do problema estudado ao longo da pesquisa.

O objetivo do estudo é de cunho descritivo, segundo Gil (2010, p. 27) “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de uma determinada população”. Desse modo, a partir dos dados coletados foram feitas as descrições de um determinado grupo, nesse caso os “professores que atuam com alunos surdos em sala de aula regular”. Os métodos escolhidos foram para dar uma maior fluidez e autenticidade ao trabalho.

Para a coleta de dados optou-se por observação assistemática, como também a aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas.

Os meios de investigação deste trabalho foram constituídos de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2010. P. 43, 44) “Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. E o estudo de campo que segundo Gil (2002, p. 53)

O pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

#### **3.2 Universo e Amostra**

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada na Colônia Agrícola do Matapi, município de Porto Grande, envolvendo professores/as, técnicos administrativos e gestores/coordenadores que atuam na educação básica, do sexto ao nono

ano. Contamos com a participação de doze professores, quatro técnicos administrativos e dois gestores/coordenadores.

### **3.3 Instrumentos de Coleta de Dados**

- **Aplicação de questionário** – foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas aos professores, técnicos administrativos e gestores/coordenadores que atuam na Escola Estadual São Francisco de Assis. Esses sujeitos formaram o universo desta pesquisa e responderam um questionário conforme consta no APÊNDICE I deste projeto.

- **Análise documental** - foram analisados documentos relativos às políticas públicas de inclusão escolar disponibilizados pelos órgãos da rede pública de ensino do estado do Amapá e da instituição de ensino envolvidos neste projeto, tais como: leis, diretrizes e bases curriculares, projeto político-pedagógico, etc.

### **3.4 Análise de dados**

Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário entre os sujeitos investigados, o levantamento foi sobre os métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos, assim como alternativas de ações viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma análise das respostas do questionário desencadeando o processo de construção do seu relatório final.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 O que dizem os professores

A população envolvida na coleta de dados deste estudo foram doze professores/as que estão atuando na Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada na Colônia Agrícola do Matapi, município de Porto Grande, estado do Amapá. Desses doze professores, dez atuam em componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira - Inglês e Francês, Artes, Ensino Religioso, Estudos Amazônicos, Educação Física e um atua como professor de Libras. Além disso, participaram quatro técnicos administrativos, a diretora que é uma professora que está atualmente no cargo, uma pedagoga e o secretário da escola que é um professor que está atuando neste cargo, a escola atualmente possui dois alunos com deficiência auditiva.

Os professores/as possuem formação acadêmica em cursos de licenciaturas nas áreas que atuam, sendo que cinco atuam há dez anos nesta instituição de ensino e são efetivos/as (concurados/as), três atuam há três anos e os outros três atuam há um ano e possuem contratos temporários de trabalho. O professor de Libras é efetivo (concurado) e atua há oito anos nesta escola. Já os técnicos administrativos possuem ensino fundamental completo e atuam há quatro anos na escola, a diretora possui graduação na área que atua como professora e está no cargo há dois anos, a pedagoga é graduada e atua também há dois anos nesta instituição e o secretário possui pós-graduação *lato sensu* - especialização e atua há oito anos nesta instituição de ensino.

Quando se trata da atuação com estudantes surdos, os/as professores/as envolvidos/as nessa investigação apresentam as seguintes conformações: um/a professor/a atua há quatro anos, cinco professores/as há três anos, três professores/as há dois anos, dois/duas professores/as atuam há um ano e o professor de Libras atua há oito anos que é o tempo de atuação na instituição de ensino. Já os técnicos administrativos, a diretora, a pedagoga e o secretário convivem com estudantes surdos durante o tempo de atuação na instituição de ensino.

Dando continuidade na análise dos métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular, os/as respondentes envolvidos/as nessa investigação foram indagados/as sobre as principais

exigências para um/a professor/a atuar com estudantes surdos em ambientes de aprendizagem. De modo geral, as respostas dos professores apontam que a principal exigência para atuar com estudantes surdos está relacionado com o repasse do material didático ao aluno que deve ser elaborado de forma minuciosa e de fácil entendimento.

Dessa forma, constatamos que para atuar com estudantes surdos, o professor deve ter atenção especial com o material que utiliza em sala. A inclusão em salas de aulas regulares contribui para desmistificar o significado da deficiência de surdez que socialmente foi construído, ou seja, trata-se de uma iniciativa que repercute tanto no estudante surdo como naquele que não é surdo. Essas declarações confirmam o pensamento de Fernandes (2006), no qual afirma que o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo aluno excluído, com a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano.

Quanto aos desafios e dificuldades que os professores enfrentam para trabalhar com alunos surdos, constatamos com as respostas obtidas que a comunicação é um ponto delicado, ou seja, o trabalho deve ser realizado da melhor maneira possível. Nesta perspectiva trazemos o sentido de inclusão de Freire (2001), onde menciona que só ocorrerá inclusão se houver a conscientização e valorização da pessoa humana a partir da realidade na qual ela se insere.

Relacionado às abordagens feitas anteriormente, os professores foram indagados para descrever como é o dia a dia numa sala de aula que possui alunos surdos. Os respondentes indicaram que o dia a dia é transcorrido seguindo todo o trabalho que é organizado por meio de planejamento. Outro aspecto destacado diz respeito à convivência diária que permite que professores e alunos aprendam mais sobre o assunto.

Para melhor compreender este processo de convivência, perguntamos aos professores parceiros desta investigação como ocorre o contato entre os alunos surdos e ouvintes e as respostas indicam que a inclusão sempre foi um ponto positivo, pois os alunos abraçam os colegas que possuem qualquer necessidade especial. Constatamos desta forma, preocupação com a dimensão afetiva da inclusão, ou seja, em se tratando de da convivência diária, este aspecto parece ser fundamental para que ocorra o processo de inclusão.

Ainda na busca alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos estudantes surdos no processo ensino-aprendizagem, os professores foram questionados sobre as potencialidades que os alunos surdos apresentam e foram unânimes em afirmar que o interesse pelo aprendizado é um fator importante e isso motiva cada vez mais o trabalho pedagógico que é desenvolvido pelos professores e estudantes. Diante desta constatação, os

mesmos professores apontaram que o desempenho escolar dos alunos surdos em sala de aula não é 100%, mas a força de vontade do aluno supera tudo.

Em se tratando da aprendizagem de alunos surdos, a presença do profissional intérprete em línguas de sinais é imprescindível e, segundo os professores, na escola onde atuam há este profissional, é considerado fundamental o seu trabalho pois ajuda muito durante as aulas em todos os aspectos envolvidos. Diante das respostas entende-se que o trabalho do professor e do intérprete educacional é uma parceria, porém de acordo com Lacerda (2014, p. 35):

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.

A presença do intérprete é fundamental para o andamento das aulas. No entanto, o processo de inclusão não se resume apenas neste aspecto. Para melhor compreender este processo, os respondentes ressaltam que é de extrema importância que o aluno seja inserido na sala de aula independente da deficiência que possui, e para que tal inclusão aconteça os recursos utilizados para o processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes.

No que diz respeito às condições necessárias para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo na sala de aula, os educadores acreditam na ideia da formação continuada, onde possam através de cursos buscarem mais conhecimentos que os ajudem a terem uma melhor comunicação com os alunos num todo, e conseqüentemente desenvolver um ensino aprendizagem com mais eficiência, tendo em vista que o papel do professor é buscar diferentes métodos de ensino para minimizar os problemas enfrentados pelos alunos, fazendo com que ele possa compreender e aprender da melhor forma possível.

Diante do exposto, seguimos a linha de pensamento de Fernandes, no qual enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas”. (2011, p. 215). Afinal, o professor tem um papel muito importante para que o aluno surdo venha a conceber a língua portuguesa como a segunda língua, para tanto necessita ser capacitado e estar em formação contínua. Igualmente, conseguirá desenvolver metodologias que vão de encontro com as necessidades dos alunos surdos.

## 4.2 O que dizem os técnicos administrativos

Ainda sobre as principais exigências para um profissional da educação atuar com estudantes surdos em ambientes de aprendizagem, os técnicos administrativos envolvidos nesta investigação relataram que trabalham de acordo com a orientação recebida da coordenação, no qual enfoca a questão do acolhimento dos estudantes surdos sem nenhuma diferença dos demais estudantes ditos normais.

Quando questionados sobre quais os principais desafios e dificuldades que encontram para trabalhar com estudantes surdos, responderam de forma coletiva que a comunicação é o principal obstáculo encontrado nesse contexto, tendo em vista a ausência de conhecimento da Língua de Sinais num todo, mas que em alguns momentos conseguem se comunicar e compreender o que os estudantes querem dizer por meio de gestos.

Ao descreverem o seu dia-a-dia numa escola que possui estudantes surdos e como ocorre esse contato, os técnicos administrativos afirmam que o convívio e as relações são normais, e que nunca aconteceu nenhum fato relevante relacionado aos estudantes que pudesse causar qualquer tipo de transtornos ou constrangimentos aos mesmos e que estes acabam se entendendo, devido já se conhecerem pelo fato de todos morarem na mesma localidade, o que faz com que o contato venha ser algo normal.

Quanto às potencialidades que os estudantes surdos apresentam, os respondentes envolvidos na pesquisa alegam que a força que os estudantes têm em aprender, sem dúvida é algo muito bonito, pois embora estes não tenham contato direto com os estudantes quando estão em sala de aula, acreditam que os mesmos tenham um bom desempenho, conclusão essa que eles têm, a partir dos relatos dos professores que também demonstram serem muito engajados nesse processo ensino-aprendizagem.

Quando questionados se há intérprete educacional em Línguas de Sinais no contexto da escola em que atuam, estes afirmam que “Sim” e relatam sua importância, ao citar que o intérprete ajuda o estudante a se conectar com ele mesmo, assim como ajuda na questão do aprendizado da maneira certa e na interação tanto na sala de aula quanto no âmbito escolar no geral, tendo em vista que este profissional trabalha diretamente nas relações interpessoais e sociais, tendo que ser bastante ágil nas situações e bem prestativo para repassar de maneira correta as informações, devido ter a função de ser o canal comunicativo entre o estudantes surdo. Desse modo, o papel do intérprete educacional em LIBRAS é auxiliar o(s) estudante(s) surdo(s) na comunicação com o professor, os colegas e toda equipe escolar. Fazer a tradução e

interpretação dos falantes de uma língua (LIBRAS) para outra (Língua Portuguesa) ou vice-versa. Segundo Lacerda (2014, p. 34).

Na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada. Os surdos ficam limitados a participar apenas parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à língua oral), desmotivados pela falta de acesso ou total exclusão das informações.

Quanto ao processo de inclusão dos estudantes surdos, estes profissionais da área administrativa escolar apontam de maneira coletiva que acreditam que o convívio na escola regular beneficia não somente os profissionais da educação, como também o próprio estudante e finaliza falando sobre as condições necessárias para viabilizar esta relação entre técnico administrativo e estudante surdo/a, dizendo que o contato ainda é uma barreira, mas a convivência ameniza muitas coisas relacionadas à interação entre escola e estudantes.

#### **4.3 O que diz a diretora da escola**

Dando continuidade na análise dos dados, nesta seção analisaremos as respostas dadas pela diretora no questionário que foi enviado. Esta respondente analisou os métodos utilizados pela escola para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular. Foi indagada sobre as principais exigências para uma gestora atuar com estudantes surdos em ambientes de aprendizagem e afirmou que o estudante deve ser sempre bem acolhido no âmbito escolar independente de qualquer situação.

Em relação aos desafios e dificuldades enfrentados para trabalhar com estudantes surdos, ficou compreendido que a gestora busca sempre envolver todos e que é muito importante que os estudantes trabalhem desde cedo a questão da inclusão em relação aos colegas que possuem qualquer deficiência. Sobre o convívio com estudantes surdos, foi questionado como é o dia a dia na escola sendo que a gestora por sua vez respondeu que a vontade do estudante em aprender e se auto conhecer quanto pessoa surda é um passo significativo. Outro fator importante é o contato entre estudantes ouvintes e estudantes surdos e a gestora por sua vez respondeu que não lida diretamente com os estudantes, mas a mesma faz seu melhor para que o mesmo se sinta bem.

Em relação a busca de alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos estudantes surdos no processo ensino-aprendizagem, a gestora foi

questionada sobre as potencialidades que os estudantes surdos apresentam e a mesma afirma que a força do estudante pelo aprendizado é sem dúvida um passo rumo ao avanço. A gestora afirma que em relação ao desempenho escolar dos estudantes surdos em sala de aula ela não está diretamente em sala de aula, mas pelos relatos dos professores dá a entender que existe progresso no trabalho que está sendo executado. Segundo Paulo Freire (1996, p. 102)

O fundamental na aprendizagem de qualquer conteúdo é a construção das responsabilidades e da liberdade que se assume, mas não se deve separar o ensino dos conteúdos da formação ética dos professores e educandos, pois “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

## 5. PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática coletivamente para que a inclusão seja feita de forma efetiva.

Portanto, proporcionar aos professores e à toda equipe escolar interlocução didático-pedagógica que torna esse momento fértil de troca de experiências, discussões e idéias acerca de recursos e de estratégias de inclusão, seria de grande valia para o aprendizado de todos. As orientações específicas buscam proporcionar momentos em que os professores e toda a equipe escolar tirem suas dúvidas, perguntem, questionem sua participação nas escolas, a interação com os estudantes em processo de inclusão e as formas de contribuir com esse processo. Pesquisas têm salientado que a construção coletiva de uma nova escola que trabalhe as diferenças e potencialidades individuais como fator de crescimento, para todos os educandos, é hoje uma tarefa que se impõe aos profissionais da educação. Nesse sentido, torna-se urgente buscar alternativas que resultem em transformações positivas nas escolas regulares que estão recebendo cada vez mais alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesta direção, a seguir são elencadas algumas alternativas que podem ser desenvolvidas no âmbito escolar para melhor acolher estudantes com deficiência auditiva na sala de aula e na escola:

- Dicionário Temático Ilustrado – com palavras, sinais de Libras, ideias, conceitos relacionados aos temas do cotidiano, com desenhos pintados manualmente pelos próprios estudantes;

- Sugestões de adequações curriculares nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática;

- Uso de imagens relacionadas às palavras chaves do texto;

- Posicionamento correto em sala de aula, por parte de estudantes e professores;

- Fala em tom adequado, claro e espontâneo;

- Painéis com as atividades desenvolvidas no âmbito da escola em Libras, proporcionando entendimento adequado do cotidiano escolar.

Na atual conjuntura brasileira, é visível a ampliação que os discursos e debates acerca da educação de surdos vêm acontecendo. Cada dia se fala mais sobre educação inclusiva dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Diante da atual visibilidade a escola vem buscando fazer a inclusão dos estudantes surdos em salas de aula regulares, onde os mesmos irão manter contato com professores, estudantes ouvintes e professores do AEE que tem especialidade na área de libras, profissional esse responsável

pelo intermédio da comunicação entre surdos e ouvintes, por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O modelo de organização no sistema regular de ensino para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais é de grande relevância, pois estará dando ênfase aos mesmos o sinônimo de igualdade de direitos, direitos esses previstos em lei e os mesmos acabam possibilitando o ensino/aprendizagem e desenvolvimento sociocultural desses estudantes, é possível perceber o avanço que ocorreu diante dessas leis e portarias de políticas públicas que buscam assegurar uma melhor educação para as pessoas surdas, onde as mesmas têm a oportunidade de participar ativamente do seu processo educacional. O ensino de uma língua requer critérios metodológicos que favoreçam a contextualização significativa, considerando que nem sempre o signo linguístico é motivado.

Na organização do atendimento educacional especializado (AEE), o professor de libras deve planejar o ensino dessa língua a partir dos diversos aspectos que envolvem sua aprendizagem, como: referências visuais, anotação em língua portuguesa, datilologia (alfabeto manual), parâmetros primários e secundários, classificadores e sinais.

Para atuar no ensino de libras, o professor do AEE precisa ter conhecimento, estrutura e fluência nas Libras, desenvolver os conceitos em libras de forma vivencial e elaborar recursos didáticos. Deve ser planejado com base na avaliação do conhecimento que o estudante tem a respeito da libras e realizado de acordo com o estágio de desenvolvimento da língua em que o estudante se encontra. Após a avaliação inicial, o professor de libras precisa pensar na organização didática que implica o uso de imagens e de todo tipo de referências. O AEE promove o acesso dos estudantes com surdez ao conhecimento escolar em duas línguas: em Libras e em Língua Portuguesa, a participação ativa nas aulas e o desenvolvimento do seu potencial cognitivo, afetivo, social e linguístico, com os demais colegas de sala de aula.

Para Soares (2003, p. 16),

[...] o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias, algumas caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático – particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas – outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações.

Para a aprendizagem do português, a proposta didático-pedagógica, em um primeiro nível de ensino, deve iniciar com os processos de letramento, que perpassam a educação

infantil e o ciclo de alfabetização no decorrer do ensino fundamental. Num segundo nível intermediário, os textos devem apresentar estruturas, organização e funcionamento de razoável complexidade, em condições de promover a leitura, interpretação e escrita. No terceiro nível, os conhecimentos do português escrito devem recair sobre o uso da língua oficial na leitura e na produção de pequenos textos.

A Libras tem para os estudantes surdos, a mesma função que a Língua Portuguesa na modalidade oral tem para os ouvintes e é essa linguagem, portanto, que vai possibilitar aos estudantes surdos atingirem os objetivos propostos pela escola, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. O Dicionário Temático em Libras tem uma importância na educação dos estudantes surdos, pois possibilitará o desenvolvimento da sua capacidade de linguagem, a qual permitirá não só a socialização, a construção da realidade, o enriquecimento das suas experiências, mas também o crescimento da autoestima, tanto individual como coletiva, identificando-se como surdo e como cidadão capaz. O dicionário tem a função de ajudar tanto os estudantes surdos, como professores e demais estudantes, que não apenas acolhendo-os, mas também respondendo ao que eles perguntam, fazendo perguntas para conhecer as suas respostas e ensinando-lhes as regras sociais de seu grupo social.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a inserção do estudante surdo na escola, destacando os desafios para se chegar à inclusão. Portanto, a inclusão educacional para efetivar-se, além da capacitação docente que é fundamental, necessita do suporte de uma série de fatores como os mecanismos legais institucionais, políticas pedagógicas, acessibilidade, infraestrutura e por fim, comprometimento dos diversos fatores sociais.

No Brasil, a política de inclusão escolar e social é reconhecida a partir do direito de que todos os estudantes possam se matricular na rede regular de ensino, de qualquer estado ou município. Essa política determina que as escolas devem estar aptas a trabalhar com as diferenças. No entanto, o que se observa é que a adaptação desses estudantes é muito difícil, e a falta de preparo dos professores é um empecilho, mas não é fator determinante para a não-integração do estudante com deficiência em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos – o que ensina e o que aprende – resulta em reconhecer possibilidades e limitações entre ambos.

Nesta direção, a educação de uma pessoa surda deve ser uma temática em constante discussão visando a melhoria de recursos e o aprimoramento de profissionais que atuam nesse contexto, para que haja de maneira efetiva a inclusão e a educação destes, vale ressaltar que o professor, o intérprete e os demais integrantes da comunidade escolar devem trabalhar de forma conjunta e adequada, tendo consciência de que suas atuações proporcionarão condições para o desenvolvimento do estudante surdo. Esse trabalho deve ser executado de forma que o estudante desenvolva todas suas potencialidades dentro de suas limitações abrindo espaço para todos. O processo ensino-aprendizagem do estudante surdo nas escolas ainda é uma realidade carente de recursos que o tornem eficaz. Com isto, há de se buscar maneiras que incitem o real desenvolvimento de uma educação bilíngue para estudantes surdos e que esta não fique só no papel, mas ocorra dentro de sala de aula auxiliando no crescimento educacional de cada estudante, visto que é um direito dos surdos serem educados em sua própria língua.

Vale salientar que a pessoa surda apresenta características inerentes à perda auditiva que a impede de acessar às informações por meio de um importante sentido que é o da audição. Porém, sua habilidade visual pode e deve ser bastante estimulada. É preciso salientar que a parceria colaborativa entre os integrantes da sala de aula, ou seja, estudantes, professores e possíveis auxiliares do trabalho docente também deve ser incentivada.

Conforme publicação oficial do MEC (2010) o sucesso da política de inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino depende, antes de qualquer coisa, de uma mudança na concepção que temos da escola e do entendimento de que cada aluno é único e sofre continuamente um profundo processo de transformação, que o diferencia dos demais e, no tempo, de si mesmo. Mas não é só isso: o êxito das políticas que visam à inclusão escolar de alunos com deficiência depende também de recursos que lhes permitam minimizar os efeitos de suas limitações funcionais motoras, físicas, sensoriais ou mentais no processo de inclusão e de aquisição do conhecimento.

Por fim, concluímos que a inclusão de estudantes surdos no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos materiais, é necessário que a escola e a sociedade sejam inclusivas, assegurando igualdade de oportunidades a todos os estudantes e contando com professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.** Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 3.

BRASIL. MEC/SEESP. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação alternativa e aumentativa.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, vol. 06, 2010

DECRETO nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FERNANDES, Sueli F. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos.** Curitiba: SEED, 2006.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba: 2. ed. Ibpx, 2011.

FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional:** notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 183 p.

GUIMARÃES. S, O. **A função do intérprete da língua de sinais em sala de aula no ensino regular.** (2012). 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) centro de ciências humanas, letras e artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** 6. ed. Porto Alegre: Medição, 2014.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEI N.º 10.098 de 23 de março de 1994. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.**

LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.**

LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.**

MINETTO, Maria de Fatima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2.ed. Curitiba: Ibpx, 2008

QUADROS, R. M.; Karnopp, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, Leitura e Escrita. **Revista Brasileira de Educação**, outubro de 2003.

SOBRAL. Fernanda A. da Fonseca. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social?.** São Paulo Perspec. 2000, vol.14

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Ibpx, 2010.

## APÊNDICE I



Rodovia BR-210, Km 03, s/n - Brasil N

68909-398 – Macapá – Amapá

Home-page: <https://www.ifap.edu.br/>

Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

### Questionário para professores

**Prezado/a professor/a,**

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no curso de Pedagogia do IFAP denominado “Desafios do processo ensino-aprendizagem de estudantes com surdez em ambientes de aprendizagem”. Suas respostas serão utilizadas para analisar métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular.

Agradecemos por sua contribuição. Danielli e Juliete

#### Informações gerais

E-mail (opcional): .....

1. Qual a sua formação acadêmica?

(        ) Magistério (ensino médio)

(        ) Graduação

(        ) Especialização

(        ) Mestrado

(        ) Doutorado

2. Quanto tempo atua na Escola Estadual São Francisco de Assis?

(        ) 6 meses

- (        ) 12 meses (1 ano)
- (        ) 18 meses
- (        ) 24 meses (2 anos)
- (        ) 30 meses
- (        ) 36 meses (3 anos)
- (        ) Outro. Qual:.....

3. Quanto tempo você atua como professor/a de estudantes surdos?

- (        ) 6 meses
- (        ) 12 meses (1 ano)
- (        ) 18 meses
- (        ) 24 meses (2 anos)
- (        ) 30 meses
- (        ) 36 meses (3 anos)
- (        ) Outro. Qual:.....

4. Quais as exigências para um/a professor/a que atua com estudantes surdos?

---

**Abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas apresentadas no processo ensino-aprendizagem que envolve alunos surdos**

05. Quais os principais desafios e dificuldades que você enfrenta para trabalhar com alunos surdos?

---

06. Descreva como é o seu dia a dia numa sala de aula que possui alunos surdos

---

**O processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem**

07. Como ocorre o contato entre os alunos surdos e ouvintes?

---

08. Quais as potencialidades que os alunos surdos apresentam?

---

09. Como é o desempenho escolar dos alunos surdos em sala de aula?

---

10. Há intérprete educacional em Língua de Sinais no contexto da escola onde você atua?

(        ) Sim

(        ) Não

11. Qual a importância desse profissional na aprendizagem do aluno surdo?

---

12. Qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos surdos em turma de ensino regular?

---

**Alternativas de ação para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas**

13. Os recursos utilizados para o processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes?

(        ) Sim

(        ) Não

14. Se sua resposta na pergunta 12 foi NÃO, que recursos didáticos você utiliza para trabalhar com alunos surdos?

---

15. Relacione condições que são necessárias para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo numa sala de aula.

---

## APÊNDICE I



Rodovia BR-210, Km 03, s/n -  
Brasil Novo

68909-398 – Macapá – Amapá

Home-page:

<https://www.ifap.edu.br/>

Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de  
dezembro de 2008.

### Questionário para técnicos administrativos

**Prezado/a técnico administrativo,**

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no curso de Pedagogia do IFAP denominado “Desafios do processo ensino-aprendizagem de estudantes com surdez em ambientes de aprendizagem”. Suas respostas serão utilizadas para analisar métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular.

Agradecemos por sua contribuição. Danielli e Juliete

#### **Informações gerais**

E-mail (opcional): .....

1. Qual a sua formação acadêmica?

- (     ) Ensino fundamental
- (     ) Magistério (ensino médio)
- (     ) Graduação
- (     ) Especialização
- (     ) Mestrado
- (     ) Doutorado

(        ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

2. Quanto tempo atua na Escola Estadual São Francisco de Assis?

(        ) 6 meses

(        ) 12 meses (1 ano)

(        ) 18 meses

(        ) 24 meses (2 anos)

(        ) 30 meses

(        ) 36 meses (3 anos)

(        ) Outro. Qual:.....

3. Quanto tempo você atua como professor/a de estudantes surdos?

(        ) 6 meses

(        ) 12 meses (1 ano)

(        ) 18 meses

(        ) 24 meses (2 anos)

(        ) 30 meses

(        ) 36 meses (3 anos)

(        ) Outro. Qual:.....

4. Quais as exigências para um técnico administrativo que atua com estudantes surdos?

---

**Abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas apresentadas no processo ensino-aprendizagem que envolve alunos surdos**

05. Quais os principais desafios e dificuldades que você enfrenta para trabalhar com alunos surdos?

---

06. Descreva como é o seu dia a dia numa escola que possui alunos surdos

---

## **O processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem**

07. Como ocorre o contato entre os alunos surdos e ouvintes?

---

08. Quais as potencialidades que os alunos surdos apresentam?

---

09. Como é o desempenho escolar dos alunos surdos?

---

10. Há intérprete educacional em Língua de Sinais no contexto da escola onde você atua?

(        ) Sim

(        ) Não

11. Qual a importância desse profissional na aprendizagem do aluno surdo?

---

12. Qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos surdos em uma escola de ensino regular?

---

### **Alternativas de ação para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas**

13. Os recursos utilizados com alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes?

(        ) Sim

(        ) Não

14. Se sua resposta na pergunta 12 foi NÃO, que recursos você utiliza para trabalhar com alunos surdos?

---

15. Relacione condições que são necessárias para viabilizar a relação entre técnico administrativo e aluno surdo numa sala de aula. \_\_\_\_\_

## APÊNDICE I



Rodovia BR-210, Km 03, s/n -  
Brasil Novo 68909-398 – Macapá –  
Amapá

Home-page:  
<https://www.ifap.edu.br/>

Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de  
dezembro de 2008.

### Questionário para gestores/coordenadores

**Prezado/a gestor/a ou coordenador/a,**

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo no curso de Pedagogia do IFAP denominado “Desafios do processo ensino-aprendizagem de estudantes com surdez em ambientes de aprendizagem”. Suas respostas serão utilizadas para analisar métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular.

Agradecemos por sua contribuição. Danielli e Juliete

#### **Informações gerais**

E-mail (opcional): .....

1. Qual a sua formação acadêmica?

(        ) Magistério (ensino médio)

(        ) Graduação

(        ) Especialização

(        ) Mestrado

(        ) Doutorado

2. Quanto tempo atua na Escola Estadual São Francisco de Assis?

(        ) 6 meses

- (        ) 12 meses (1 ano)
- (        ) 18 meses
- (        ) 24 meses (2 anos)
- (        ) 30 meses
- (        ) 36 meses (3 anos)
- (        ) Outro. Qual:.....

3. Quanto tempo você atua como gestor/a ou coordenador/a envolvendo estudantes surdos?

- (        ) 6 meses
- (        ) 12 meses (1 ano)
- (        ) 18 meses
- (        ) 24 meses (2 anos)
- (        ) 30 meses
- (        ) 36 meses (3 anos)
- (        ) Outro. Qual:.....

4. Quais as exigências para um/a gestor/a ou coordenador/a que atua com estudantes surdos?

---

**Abordagens, desafios, dificuldades e práticas pedagógicas apresentadas no processo ensino-aprendizagem que envolve alunos surdos**

05. Quais os principais desafios e dificuldades que você enfrenta para trabalhar com alunos surdos?

---

06. Descreva como é o seu dia a dia numa sala de aula que possui alunos surdos

---

**O processo de inclusão de alunos surdos em ambientes de aprendizagem**

07. Como ocorre o contato entre os alunos surdos e ouvintes?

---

08. Quais as potencialidades que os alunos surdos apresentam?

---

09. Como é o desempenho escolar dos alunos surdos em sala de aula?

---

10. Há intérprete educacional em Língua de Sinais no contexto da escola onde você atua?

(        ) Sim

(        ) Não

11. Qual a importância desse profissional na aprendizagem do aluno surdo?

---

12. Qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos surdos em turma de ensino regular?

---

**Alternativas de ação para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo em ambientes de ensino regular de instituições de ensino públicas**

13. Os recursos utilizados para o processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos são os mesmos dos alunos ouvintes?

(        ) Sim

(        ) Não

14. Se sua resposta na pergunta 12 foi NÃO, que recursos didáticos você utiliza para trabalhar com alunos surdos?

---

15. Relacione condições que são necessárias para viabilizar a relação entre professor e aluno surdo numa sala de aula.

---